



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 006

**O PENSAMENTO DO PROFESSOR IGNACY SACHS: DA ECONOMIA
POLÍTICA AO ECODESENVOLVIMENTO**

Yvan Guillaud

Belém, Junho de 1993

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 006

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O PENSAMENTO DO PROF. IGNACY SACHS: DA ECONOMIA POLÍTICA AO ECODESENVOLVIMENTO

Yvan Guillaud

Resumo:

O presente trabalho faz uma síntese do pensamento de Ignacy Sachs. Primeiramente teceu-se uma breve biografia, posteriormente descrevemos um pouco dos escritos de economia política (na linhagem de Michal Kalecki), em que se percebe a grande influência de Kalecki em seu pensamento. Outro passo do pensamento de Sachs foi o conceito de ecodesenvolvimento, com seus fundamentos, princípios e prática. Também discutimos alguns temas atuais, como as mudanças Norte/Sul/Leste e a Conferência do “Rio-92” e suas seqüências. Para finalizar, organizamos a bibliografia restrita de Ignacy Sachs.

Palavras-chave: Ignacy Sachs. Economia Política. Ecodesenvolvimento.

Introdução

Este texto¹ é baseado em uma exposição, feita no N.A.E.A. no dia 11 de dezembro de 1992, na qual tratei de sintetizar, brevemente, o pensamento de Ignacy SACHS. Por conseguinte, de maneira nenhuma este texto pretende ser exaustivo, propõe-se tão somente esclarecer alguns pontos que nos parecem essenciais.

COMO PREÂMBULO: Uma biografia rápida

Ignacy SACHS nasceu em Varsóvia, Polônia, em 1927 e, com a aproximação da guerra, partiu, como muitas pessoas de origem judia, pelas Américas, no seu caso pelo Brasil. Fez seus estudos lá, no Rio de Janeiro, e seu Doutorado, entre 1957-1960, em New Delhi, na Índia, que nesta época era um dos lugares onde nasceu o Terceiro-Mundismo. No seu Doutorado, fez uma comparação de dois modelos de desenvolvimento do setor público em países capitalistas subdesenvolvidos: o "padrão japonês" consiste numa ampla transferência de fundos públicos ao setor privado, o Estado desempenhando o papel de investidor no lugar e em benefício do capital privado; enquanto que o "padrão indiano" consiste na primazia do Estado nos setores básicos da indústria numa tentativa de planejar o desenvolvimento, com referências diretas ao sistema soviético, enfraquecendo a concentração do capital privado. O Paquistão foi escolhido como exemplo do "padrão japonês", a Índia como exemplo do seu próprio modelo, embora já tivesse elementos do "japonês", enquanto o México mostrava as conseqüências do abandono do segundo pelo primeiro, isto é a maximização das desigualdades sociais. Enfim, o Brasil, naquela época estava indeciso:

"No Brasil, a competição entre estes dois padrões é ainda mais [do que na Índia] aguda, tanto quanto a polarização dos núcleos de forças políticas nesta questão. As forças antiimperialistas pressionam por soluções semelhantes ao do «padrão indiano», enquanto setores da alta burguesia, que esperam apoio do capital estrangeiro, forçam a aceitação do «padrão japonês»" (SACHS, 1960, p. 202).

Conhecemos o que aconteceu, uma escolha sem falha pelo "padrão japonês", seja a privatização dos lucros e a socialização dos desperdícios.

No final do seu Doutorado, voltou na Polônia que então estava numa fase de abertura do regime socialista. É professor na Escola Central de Planificação e Estatísticas -onde também ensinava Michal KALECKI- e dois anos depois, em 1962, é diretor do Centro de Pesquisas sobre as Economias Subdesenvolvidas. Mas com o fracasso da abertura e, em 1968, o recrudescimento do antisemitismo organizado pelo próprio regime, partiu outra vez da Polônia, para estabelecer-se na França, onde é até

agora professor na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo (CRBC), depois de ter criado o Centro Internacional de Pesquisas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CIRED).

Desde a França, continua a trabalhar sobre o Brasil, a Índia e a Polônia, entre outros, numa tentativa de harmonizar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

I- ESCRITOS DE ECONOMIA POLÍTICA

1) Na linhagem de Michal KALECKI

É possível dizer, como ele mesmo o diz, que Ignacy SACHS é um discípulo do economista polonês Michal KALECKI² que, um pouco antes de John KEYNES, desenvolveu a teoria da demanda efetiva, mas integrando-a no esquema de reprodução de Karl MARX. A teoria de KALECKI sobre o ciclo econômico é explicitamente dinâmica e leva em conta a distribuição da renda, ao contrário de KEYNES. No entanto, e talvez por causa disso, KALECKI não teve o mesmo impacto do que KEYNES.

Na perspectiva de KALECKI, o crescimento econômico r pode ser definido³ da maneira seguinte : $r = i/k - a + u$

com : i = a taxa dos investimentos produtivos brutos na renda nacional real
 k = o coeficiente capital/produto

a = o coeficiente do amortecimento real -não contábil- do capital

u = o coeficiente da melhoria da utilização do aparelho de produção

Mas os componentes dessa taxa de crescimento não têm a mesma significação em todos os sistemas econômicos. Para nosso tema atual, podemos omitir a e u . A aceitabilidade do crescimento r

¹ Agradeço ao Ministério francês das Relações Exteriores para sua ajuda financeira através da bolsa Lavoisier, ao N.A.E.A. por sua acolhida e a Philippe LENA que aceitou revisar meu português.

² Ver em particular Michal KALECKI : *Economias em desenvolvimento* (Biblioteca Vértice/coleção Economia n° 19, São Paulo [SP, Brasil], 1987) e *Crescimento e ciclo das economias capitalistas* (Hucitec/coleção Economia & Planejamento/série Teoria Contemporânea n° 1, São Paulo [SP, Brasil], 1990 [2a. edição]).

³ Essa definição vem do seguinte (KALECKI, 1990, pp. 123-130) :
- a variação do nível da renda nacional real Y depende : i) do efeito produtivo do investimento bruto I em razão do coeficiente capital/produto k , seja $(1/k)I$; ii) da redução da capacidade produtiva resultante da retirada de equipamentos obsoletos em razão do coeficiente do amortecimento real do capital a , seja $-aY$; iii) do aumento da capacidade produtiva em razão do coeficiente da melhoria da utilização do aparelho produtivo u , seja $+uY$. Assim : $\Delta Y = (1/k)I - aY + uY$
- como a taxa de crescimento r da renda nacional real Y é definida por : $r = (\Delta Y) / Y$
- então : $r = (1/k)(I/Y) - a + u$

depende da distribuição da renda que provoca entre, por um lado, o investimento produtivo e o crescimento dos estoques e, do outro lado, o consumo individual, coletivo e os investimentos sociais. Isso é muito clássico, o crescimento econômico r depende do i , mais forte será esse último, mais forte será o crescimento e mais baixo o consumo.

Todavia, menos clássica é a idéia de que, em uma economia mista, isto é, uma economia caracterizada pela importância dos ambos os setores, público e privado, a distribuição da renda é o elemento central para explicar o fato que o crescimento econômico, por se só, não favorece o *desenvolvimento*, isto é para SACHS, a *promoção da civilização do ser numa partilha equitativa do ter*.

Pois, o esquema da reprodução descompõe a economia em dois setores: o que produz bens de produção e o que produz bens de consumo. Ora, é possível estabelecer uma relação, mas fina e entender assim o viés do crescimento se agora separamos em dois esse último setor com, de um lado os bens de consumo básicos, isto é de primeira necessidade, e do outro lado os bens de consumo de luxo - os consumos coletivos e os investimentos sociais sendo repartidos entre os dois. É preciso ressaltar que o setor de primeira necessidade é definido de maneira aberta, em relação com o nível de desenvolvimento do momento e com fatores socioculturais. O setor de luxo, por sua vez é formado por todo o resto.

Um esquema simplificado da economia pode então ser apresentado da maneira seguinte (cf. Fig. 1). Geralmente, a economia subdesenvolvida caracteriza-se por um setor muito forte dedicado à produção de bens de consumo de luxo, porque a demanda efetiva dos grupos mais ricos é normalmente suficiente para fazer funcionar o aparelho econômico, mesmo que ele esteja desequilibrado. Este esquema mostra também que é possível ter um i elevado com um nível razoável de aumento do consumo de bens necessários, baixando o crescimento do consumo de luxo. Logo será necessário, entre outras coisas em particular, modificar o sistema fiscal.

- com (I/Y) sendo a taxa i dos investimentos produtivos brutos na renda nacional real Y , logo a definição do crescimento econômico é: $r = i/k - a + u$

Desta forma é possível relacionar o tipo de crescimento com o tipo de sociedade que é desejado, logo especificar o papel dos diferentes setores produtivos da economia, bem como os papéis respectivos do Estado e do setor privado.

2) Uma economia antropológica

Como pode ser deduzido do primeiro ponto, o essencial é estudar como a economia funciona na verdade, e não como queríamos que ela funcione, é a razão porque os estudos econômicos devem levar em conta a abordagem antropológica, além de preconceitos teóricos, para ver como o Estado, o setor privado e a sociedade civil imbricam-se na realidade econômica num momento definido.

Uma conseqüência imediata disso, por exemplo, é o modo de entender a economia dita informal, que vai do legal ao criminal. Na verdade é uma economia muito organizada, isto é, com regras precisas, e não é porque não é oficial que a exploração do trabalho é menor, como alguns pretendem, muito pelo contrário. Ainda mais pelo fato de que depende do setor formal para sua sobrevivência, e que não se pode estudar a economia como um todo sem levar em consideração essa segmentação entre formal e informal e suas relações.

Uma outra dimensão importante para aproximar-se do estudo da economia real, é levar em conta o uso do tempo das pessoas, isto é, como organiza-se a divisão do trabalho, do lado individual, entre as economias de mercado -esta somente estudada pela ciência econômica dominante- e doméstica e, do outro lado, entre as pessoas de uma mesma família. Assim, as estratégias sociais de ajuste as mudanças econômicas podem entender-se melhor do que se for levar unicamente em consideração o indivíduo, quanto *homo oeconomicus* ele possa ser. Por conseguinte, o estudo de campo faz então parte integrante da prática econômica, mesmo se pouco praticado pela maioria dos economistas.

Finalmente, a própria finalidade do aumento da produtividade do trabalho deve estar questionada nas economias industrializadas. Para as outras, essa questão ainda não está de atualidade: o crescimento da produtividade devendo ser utilizado para suprimir o subdesenvolvimento. Mas na verdade, tem duas possibilidades de utilizar um aumento de produtividade do trabalho: de um lado, favorecer o aumento do produto com mais ou menos substituição do trabalho pelo capital, isto é, acumular mais e mais bens produzidos com um desemprego cada vez mais elevado ou, por outro lado, reduzir o tempo de trabalho individual para favorecer outras atividades sociais ou para partilhar o trabalho a fim de reduzir o desemprego, isto é, em uma primeira fase limitar a acumulação de bens. Conhecemos a resposta dada, até agora, nos países industrializados: sempre à procura de mais bens. No entanto as crises social - o aumento do desemprego - e ecológica - os danos ao meio ambiente - levam a questionar não somente a finalidade da utilização do aumento da produtividade, mas também -

essas crises sendo mundiais e o problema sendo então mais geral e muito mais amplo- à perguntar-se como reorganizar o rumo do desenvolvimento econômico.

II - O CONCEITO DE ECODESENVOLVIMENTO

Já faz algum tempo que a expressão mais utilizada para falar da harmonização entre a natureza e o desenvolvimento econômico é "*sustainable development*", ou desenvolvimento sustentado em português. A sua definição, dada pelo Relatório Brundtland⁴, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1987, é muito simples: satisfazer as necessidades atuais da humanidade sem hipotecar essa possibilidade para as gerações futuras. Porém, a palavra de "ecodesenvolvimento" é um pouco mais precisa quanto às medidas necessárias par estabelecê-lo.

1) Os fundamentos

O importante é entender como se coordenam os recursos, as instituições, as técnicas, o espaço e a sociedade. Os recursos são historicamente definidos, isto é, a natureza transforma-se em um recurso para uma sociedade só se ela tiver algumas técnicas para transformar o recurso potencial em um bem útil. Então, entre as necessidades econômicas e os recursos, existem técnicas que os transformam em bens, instituições que manejam aquela produção e espaços onde são realizadas as transformações.

O ecodesenvolvimento é discutido desde 1971 quando o Seminário de Founex, na Suíça, se deu como objetivo a preparação da Conferência de Estocolmo, na Suécia, para o ano seguinte, onde o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado. Desde então, o conceito foi debatido em muitos lugares, como no clube de Roma, nas associações de cidadãos, nas agências da Organização das Nações Unidas (a UNESCO, o PNUMA em particular).

O ponto central do *ecodesenvolvimento* é de colocar o social no centro do desenvolvimento, isto é, de reafirmar a *finalidade social do desenvolvimento*.

Como escreve Karl POLANYI⁵, na sua *Grande transformação*, é preciso enquadrar a economia no social, enquanto agora a economia impõe suas regras, isto é sua racionalidade, às outras esferas que têm lógicas diferentes de funcionamento, como o social e a natureza. Dito de outra maneira, com a

⁴ COMMISSION MONDIALE SUR L'ENVIRONNEMENT ET LE DEVELOPPEMENT (CMED/ Rapport Brundtland) : *Notre avenir à tous* (Ed. du Fleuve - Publications du Québec, Montréal [Québec, Canada], 1988).

⁵ Karl POLANYI : *La grande transformation -Aux origines politiques et économiques de notre temps* (Gallimard/Bibliothèque des Sciences Humaines, Paris[France], 1983).

expressão de René PASET⁶, a economia política, com seu desenvolvimento teórico, transformou-se numa ciência das coisas mortas, o capital, que impõe suas regras ao vivente, à sociedade humana e à biosfera, enquanto a economia depende dessas dimensões para funcionar. Por consequência, a tentativa dos economistas neoclássicos de internalizar os chamados efeitos externos, dos quais o meio ambiente fez parte, não pode ser a solução, porque então o meio ambiente está monetizado e perde suas dimensões não medidas pelo mercado em dinheiro, como condição de toda vida.

2) Os princípios

a- **A finalidade social: o aumento do "entitlement"**

A dimensão ética do desenvolvimento, e logo normativa, que lhe dá uma dimensão eminentemente política, é que as mudanças sócio-econômicas têm como objetivo aumentar a renda e o *ter* dos mais pobres, e então reduzir o intervalo entre os que têm e os que não têm. Aumentar o *entitlement*, ou o enfoque de habilitação, significa, nos propósitos de Amartya SEN⁷, que a sociedade proporciona a cada um meio de viver, seja pelo meio do mercado (salário, lucro) seja fora do mercado (abastecimento gratuito de comida em situação de emergência, comida contra trabalho, renda de inserção,...).

SEN mostra assim que as grandes fomes, na Índia antes da independência e na Etiópia em 1974, por exemplo, não foram o resultado de um déficit alimentar - as regiões atingidas exportavam alimentação -, mas de um déficit social de distribuição de direitos de aquisição. As diferenças entre dois países, a China Popular e a Índia, mostram bem, neste sentido, opções políticas distintas : no primeiro caso, o regime político é baseado num acesso ao mínimo para todos e as fomes resultam de sobressaltos políticos. Ao contrário, no segundo caso, o regime político faz que fomes sejam impossíveis em razão de uma rápida mobilização da opinião pública, mas a miséria está presente sem que tivesse esforços reais de eliminá-la.

b- **A prudência ecológica : a reversibilidade das escolhas**

A reversibilidade das escolhas é fundamental para ter a possibilidade de transformar a orientação do desenvolvimento, se for desejado. Tecnicamente, trata-se de levar em conta as capacidades de auto-purificação da natureza sob a forma dos ciclos biogeoquímicos: a capacidade de carga de um espaço -definida historicamente e não naturalizada, isto é, ligada ao fator tecnológico num momento dado- representa neste ponto, um instrumento essencial.

⁶ René PASET : *L'économique et le vivant* (Payot/Petite Bibliothèque Payot n° 401, Paris [France], 1979).

c- A eficácia econômica : os estilos tecnológicos

A economia enquadrada no social não desaparece para tanto. Os projetos de desenvolvimento econômico devem ser viáveis do ponto de vista das regras da economia mista. A escolha das técnicas depende da situação econômica local. A biotecnologia pode ser um meio importante para favorecer esse rumo, mas tem que evitar dois obstáculos de natureza diferentes: o controle oligopolístico desse setor pelas multinacionais dos países industrializados e a inversão do significado, isto é, tomar a biotecnologia como finalidade em lugar de um meio.

d- A repartição espacial : uma configuração cidade/campo equilibrada

Muitas vezes as concentrações espaciais de atividades produtivas fazem com que as capacidades de carga do meio ambiente estejam ultrapassadas. Ainda mais, a urbanização incontrolada acentua as desestruturas sociais e as do meio ambiente. Então procurar uma configuração cidade/campo mais equilibrada, em particular com o estabelecimento de uma pequena industrialização no campo, agora viável com as novas tecnologias que invalidam em grande parte as economias de escala adquiridas através da grande indústria, seria um modo de melhorar o uso do espaço.

e- O desejo cultural : os estilos de consumo

Finalmente, um projeto ecodesenvolvimentista não pode fugir da questão mais difícil: o fato que a mudança sócio-econômica deve ter raízes endógenas para assegurar a sua sustentação. Que a população se identifique com a transformação, que participe do processo de acordo com a dimensão cultural do seu padrão de consumo.

3) A prática**a- A instrumentalização do ecodesenvolvimento**

Como podemos constatá-lo, os princípios sendo gerais, eles organizam uma certa maneira de ver o desenvolvimento, considerando a suas dimensões diversas. Então, propõe-se abordar a realidade com indicadores próprios ao meio ambiente, ao social e a economia para fazer perfis da realidade e não reduzi-la a um indicador único, como o produto interno bruto, que tem sua coerência para a economia, mas não para caracterizar o desenvolvimento. Um ponto fundamental é fazer pesquisas comparativas, de sucessos e fracassos, de experiências de desenvolvimento entre sociedades de culturas diferentes e ecossistemas semelhantes, e inversamente, para confrontá-las, não para ter

⁷ **Amartya Kumar SEN** : *Levels of Poverty : Policy and Change* (The World Bank/World Bank Staff Working Paper n° 401, Washington D.C.[USA], July 1980) e *Development : Which Way Now ?* (The Economic Journal, vol. 93, n° 372, December 1983 [pp. 745-762], London [UK]).

modelos ou soluções prontas, mas a fim de servir de muletas para a imaginação, conforme a expressão de SACHS.

Concretamente, a instrumentalização do ecodesenvolvimento pode ser feito de diversas maneiras. O rumo mais trilhado é de recorrer à matematização do modelo para obter uma medida do que seria sustentável.

O pior no âmbito desta tentativa, e pelas razões⁸ já mencionadas, é a integração dos efeitos externos efetuada pelos economistas neoclássicos⁹.

Uma outra tentativa destinada a limitar os efeitos negativos do apelo à monetização está sendo elaborado, desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁰ no seu relatório anual sobre o desenvolvimento humano. Trata-se do Indicador de Desenvolvimento Humano que mistura o produto interno bruto real *per capita*, a longevidade e a taxa de alfabetização dos 15 anos e mais. Porém, se o resultado é interessante para mostrar os efeitos possíveis de uma política social por parte do Estado embora o nível de renda do país seja baixo, o valor deste indicador não corresponde realmente a nada. É uma construção puramente intelectual, que mistura em um valor único realidades totalmente diferentes que não podem ser agregadas, e que perdem neste contexto seus valores informativos. Trata-se por conseqüência de uma nova forma de fetiche do número.

Assim, o rumo que aparece como o único que não seja redutor é o que consiste em construir indicadores coerentes em cada esfera econômica, social e ecológica e então confrontá-los em perfis descrevendo a situação sócio-ecológico-econômica do momento. Claro, esse passo é mais difícil de interpretar, em razão da multiplicidade dos dados, mais um bom conhecimento da realidade parece ter esse preço.

⁸ Ver por uma crítica completa, por exemplo : **Olivier GODARD** : *Autonomie socio-économique et externalisation de l'environnement : la théorie néo-classique mise en perspective* (*Economie Appliquée*, vol. 37, n° 2, 1984 (pp. 315-345), Paris [France]) e **Robert GOODLAND, Herman DALY, Salah El SERAFY, Bern von DROSTE** (edited by) : *Environmentally Sustainable Economic Development : Building on Brundtland* (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization[UNESCO], Paris [France], 1991).

⁹ Ver por exemplo : **ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUES (OCDE)** : *Instruments économiques pour la protection de l'environnement* (Paris [France], 1989) ; **Jean-Philippe BARDE** : *Environnement : l'approche économique* (*L'Observateur de l'OCDE*, n° 158, juin-juillet 1989 (pp. 12-15), Organisation de Coopération et de Développement Economiques [OCDE], Paris [France]), **THE WORLD BANK** : *Striking a Balance : The Environmental Challenge of Development* (Washington D.C. [USA], September 1989), **FINANCE & DEVELOPMENT** : *Balancing Development and Environment* (vol. 26, n° 4, December 1989 [pp. 2-9], The World Bank, Washington D.C. [USA]), **David W. PEARCE, Kerry R. TURNER** : *Economics of Natural Resources and the Environment* (Harvester Wheatsheaf, London [UK], 1990) e para uma confrontação de idéias : **REVUE ECONOMIQUE** : *Economie de l'environnement et du patrimoine naturel* (vol. 41, n° 2, mars 1990, Centre National de la Recherche Scientifique [CNRS] - E.H.E.S.S. - F.N.S.P., Paris [France]).

¹⁰ **PROGRAMME DES NATIONS UNIES POUR LE DEVELOPPEMENT (PNUD)** : *Rapport mondial sur le développement humain 1990* (Economica, Paris [France], 1990).

Ao nível econômico, podemos mostrar que políticas de preservação do meio ambiente podem ser eficientes voltando à formulação do crescimento econômico r (cf. p. 5). Desta vez, não negligenciamos o coeficiente u da melhoria da utilização do aparelho produtivo. Na verdade, tem uma reserva de desenvolvimento importante nesse fator, através de uma melhor manutenção do equipamento produtivo (freando seu ritmo de obsolescência), da reciclagem e do desenvolvimento de novas técnicas de produção, reduzindo a utilização de matérias-primas e logo os levantamentos sobre a natureza. Mesmo se tal estratégia necessita importantes modificações das políticas públicas, a reserva de desenvolvimento que está em jogo, para o Brasil por exemplo, é a seguinte :

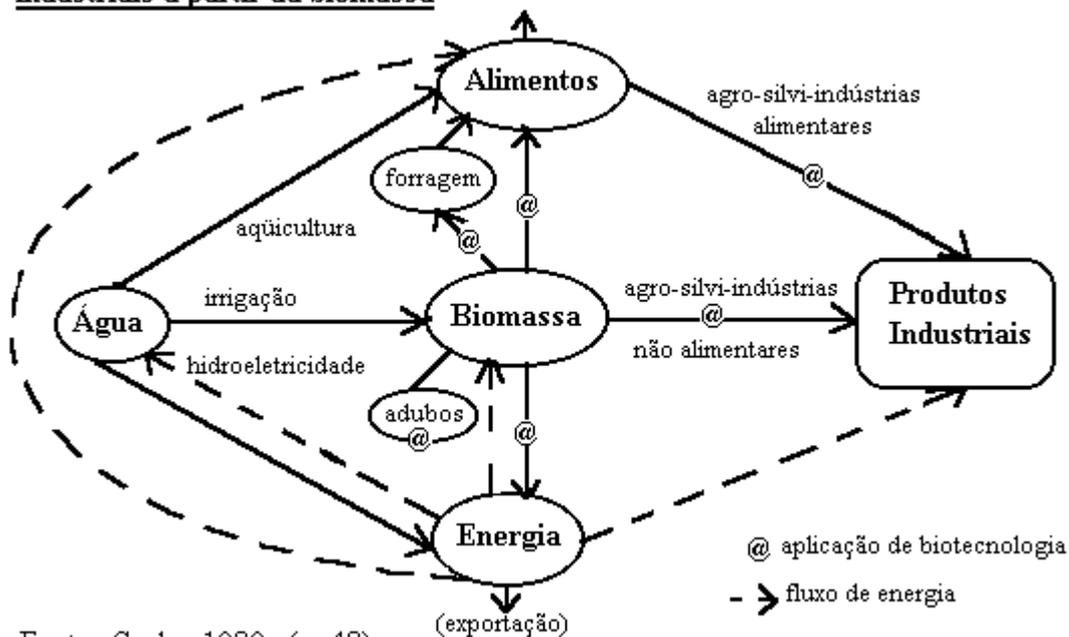
"- 4 a 5 % do PIB [produto interno bruto], de toda maneira mais de dez bilhões de dólares por ano, o que deve ser comparado com o pequeno bilhão que seria suficiente para urbanizar as favelas e os bairros periféricos do Rio de Janeiro [...]; - numerosos empregos que se autofinanciam" (SACHS, 1989a, p. 49, tradução pessoal).

b - Elementos de uma estratégia para a Amazônia

Para a Amazônia, uma estratégia de ecodesenvolvimento, em breve, seria de romper com a visão extrovertida do desenvolvimento para produzir e transformar localmente, sem excluir por tanto a possibilidade de exportar produtos locais, mas aumentando o valor agregado do produto. O tema é o de endogeneização do desenvolvimento. Utilizando em particular a potencialidade produtiva da biomassa, levando em conta a capacidade de carga dos ecossistemas que compõem a Amazônia e concentrando-se sobre as regiões já desmatadas para reabilitá-las a través de sistemas agrosilvopastoris. Sem esquecer a valorização dos recursos aquáticos, deixando a possibilidade de preservar *in situ* os recursos naturais através de diversas reservas, e melhorando as condições de vida nas cidades onde se concentra a maioria da população da Amazônia.

O esquema geral do desenvolvimento rural seria assim (cf. Fig. 2).

Fig. 2 : Sistema integrado de produção de energia, alimentos e produções industriais a partir da biomassa



Fonte : Sachs, 1989a (p. 48)

III- SOBRE TEMAS ATUAIS

Ignacy SACHS participa também de acontecimentos diversos em relação com as questões do desenvolvimento. Só abordaremos esses temas brevemente.

1) A propósito das mudanças Norte/Sul/Leste

Agora que o sistema econômico chamado de comunista, ou socialismo real, caiu, é importante não aplicar as normas de desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional de ajuste econômico que mostraram seus efeitos nos países da América Latina, com as quais economias da Europa do Leste têm pontos comuns. Esses países devem reaprender de certa forma a *planejar*, mas desta vez no âmbito de uma economia mista, como o fazem, por exemplo, países como Japão, Coréia do Sul ou Taiïwan. Já que o planejamento é uma forma de organização da economia -sem necessariamente eliminar o mercado- no sentido de alcançar objetivos socialmente definidos, o debate democrático torna-se essencial para obter um consenso a respeito desses objetivos.

Tanto o Sul, como o Leste, então devem aceitar o fato que não é possível organizar o desenvolvimento de maneira mimético, no sentido de reproduzir uma sociedade que concentra o trabalho num número reduzido de pessoas, o que nesses países do Norte coloca a questão dos ganhos

de produtividade. O rumo é o dos modelos *endógenos*, o custo sócio-ecológico do modelo dos países industrializados é demasiado importante para ser transportado assim nestes países.

Se o Sul é subdesenvolvido, o Norte é mal desenvolvido. Estabelece-se nele cada vez mais, uma economia com duas velocidades, isto é, separando os que têm um emprego e os outros que ficam fora do modelo. O ponto é de organizar de maneira diferente a modernização do aparelho produtivo, de não misturar o *melhor-estar* com o *ter-mais*, verdadeira desafio contemporâneo dessas sociedades de abundância global.

2) A Conferência do "Rio 92" e suas seqüências

Participou à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em junho de 1992, como conselheiro especial do Secretário Geral da Conferência Maurice STRONG. Defendeu o ponto de vista que o Norte deve promover uma política real de redução de suas emissões de gases a efeito estufa e aumentar o fluxo financeiro de ajuda ao desenvolvimento dos países do Sul, se quisermos que esse participe também de tais esforços. É uma questão de ética, mas também de realismo, tendo em vista que os danos ao meio ambiente são principalmente da responsabilidade dos mais industrializados.

Então, agora, talvez tenhamos a possibilidade de organizar o ecodesenvolvimento, já que temos um instrumento para isso: a Agenda 21 aprovado no Rio, porque :

"O Encontro da Terra não era um fim em si. Deveria ser visto como o começo de um longo processo a ser desenvolvido através dos esforços e das batalhas dos atores do desenvolvimento. [...] A crise profunda na qual muitos países no Sul e no Leste estão mergulhados pode paradoxalmente fazê-los receptivos às proposições de desenvolvimento alternativo, sobretudo se chegam sob a forma de planos concretos de ecodesenvolvimento local apoiado por uma coalizão de atores do desenvolvimento" (SACHS, 1992b, p. 11, tradução pessoal).

PARA ACABAR : Alguns elementos críticos

Para concluir, se o pensamento de Ignacy SACHS nos aparece muito rico com a sua problemática de articular a necessidade do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, sua distinção entre o sub e o mal-desenvolvimento, chegando ao bem-desenvolvimento -o ecodesenvolvimento-, nos aparece como uma atitude problemática. A dimensão normativa, pela tipologia do sub ou mal-desenvolvimento, elimina o fato que as mudanças sociais nos parecem ser uma expressão de um desenvolvimento, de uma evolução seja considerada depois positiva ou negativa, da sociedade humana em questão, mesmo marcada por uma crise profunda.

A necessidade de escolher uma forma de sociedade é o próprio do político, o economista deve mostrar as conseqüências de tal decisão o mais transparente possível, isto é, esclarecer suas

orientações, e não soterrá-las sob uma matematização complexa que tem como objetivo último de substituir-se ao político como elemento decisivo das grandes escolhas. Isto é com toda certeza um dos méritos da discussão normativa feita por SACHS. Mas, definir o que é bom, é um pouco como decretar o fim da história, enquanto não vemos porque as contradições sociais teriam que acabar. Achamos que essa última idéia não se encontra em SACHS, mas com essa terminologia, existe uma tal possibilidade que não devemos esquecer, nesses tempos de tentativa de construção de uma nova ideologia global, ao redor do ecologismo.

Enfim, Ignacy SACHS não acha que seja necessário continuar de criticar o modelo de integração do meio ambiente pela economia neoclássica porque já fez-lo e o seu interesse está, agora, de participar na elaboração de um novo paradigma. Mas, achamos que criticar os neoclássicos é fundamental porque são eles, ainda agora, que realmente elaboram a política econômica atual, mesmo se o neoliberalismo e a ideia da independência do econômico face ao social está morrendo e que tem, por aqui e para cá, elementos que mostram uma volta à economia política - e não à ciência econômica supostamente livre do político.

Bibliografia Restrita de Ignacy SACHS¹¹**1) Livros**

Capitalismo de estado e subdesenvolvimento: padrões de setor público em economias subdesenvolvidas ¹². Vozes, Petrópolis (RJ, Brasil), 1969 (206 pp.) [Ph. D. Thesis, New Delhi, Índia, maio de 1960].

La découverte du Tiers Monde. Flammarion (collection Nouvelle Bibliothèque Scientifique), Paris (France), 1971 (276 pp).

Pour une économie politique du développement -Etudes de planification. Flammarion (collection Nouvelle Bibliothèque Scientifique), Paris (France), 1977a (307 pp).

Stratégies de l'écodéveloppement. Ed. Ouvrières (collection Développement et Civilisations), Paris (France), 1980a (140 pp.).

Développer les champs de planification. Université Coopérative Internationale (Cahiers de l'UCI n° 2), Paris (France), 1984 (128 pp.).

Ecodesenvolvimento : crescer sem destruir . Vertice (série Terra dos Homens n° 1), São Paulo (SP, Brasil), 1986a (207 pp.).

Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. Vertice (série Sul n° 1), São Paulo (SP, Brasil), 1986b (224 pp.).

2) Livros em colaboração

Com Anne BERGERET, Michel SCHIRAY, Silvia SIGAL, Daniel THÉRY e Krystyna VINAVER:

Initiation à l'écodéveloppement. Privat (collection Regard), Toulouse (France), 1981 (365 pp.).

Com Christian COMÉLIAU (sob a direção de):

Histoire, culture et style de développement - Brésil et Inde, esquisse de comparaison. L'Harmattan (collection CETRAL) - U.N.E.S.C.O., Paris (France), 1988 (197 pp.).

3) Artigos

Kalecki and Development Planning. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, vol. 30, n° 7, February 1977b (pp. 47-56), Oxford (UK).

Gandhi and Development. Seminar, n° 219, November 1977c (pp. 16-21), New Delhi (India).

Ecodesarrollo -Conceptos, aplicación, implicaciones. Comercio Exterior, vol. 30, n° 7, julio de 1980 (pp. 718-725), Banco Nacional de Comercio Exterior (BNCE), México D.F. (México).

Growth and Poverty : Some Lessons from Brazil

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain), Paris (France), March 1987 (55 pp.).

¹¹ Os documentos que tenho aqui são indicados por * e as edições em português são em caixas altas.

¹² Disponível na Biblioteca Central da UFPA sob o n° 338.9001724 s121.

*Développer en harmonie avec la nature -Styles de vie, techniques et environnement **. Conférence Internationale Environnement-Développement, Milan (Italie), 24-26 mars 1988 (29 pp.).

*Ressources, emploi et financement du développement : produire sans détruire -Le cas du Brésil **

Cahiers du Brésil Contemporain, n° 6, 1989a (pp. 9-56), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain) - M.S.H. - I.H.E.A.L., Paris (France).

Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento : produzir sem destruir -O caso do Brasil. Revista de Economia Política, vol. 10, n° 1, janeiro-março de 1990a (pp. 111-132), São Paulo (SP, Brasil).

*Sustainable Development : from Normative Concept to Action **. 30th. Annual Meeting of the Inter-American Development Bank (Background Paper for the Seminar on Environment), Amsterdam (The Netherlands), March 23 1989b (26 pp.).

Sustainable Development, Decentralized Bio-Industrialization and New Rural-Urban Configurations : India, Brazil

Seminar on Industrial Restructuration and International Competitiveness, Santiago (Chile), July 1989c (22 pp.).

*L'écodéveloppement de l'Amazonie : stratégies, priorités de recherche, coopération internationale **. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 11, septembre 1990b (pp. 9-56), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain) - M.S.H. - I.H.E.A.L., Paris (France).

*Vers une régulation démocratique des "économies mixtes" **. Séminaire organisée par la Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement - S.E.L.A., Caracas (Venezuela), 13-15 février 1991a (23 pp.).

Quel développement pour l'Amazonie ?. Le Courrier de l'UNESCO, novembre 1991b (pp. 32-35), Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture (UNESCO), Paris (France).

*Lost Paradise or Promised Land : an Ecodevelopment Perspective on the Amazon Region **. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain), Paris (France), 1992a (17 pp.).

*The Aftermath of the Earth Summit : Unfolding the Process **. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain), Paris (France), August 1992b (11 pp.).

*Introduction : la fin de l'ère de Colomb ? -Le développement en question **. Revue Internationale des Sciences Sociales, n° 134, novembre 1992c (pp. 513-519), rganisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture (UNESCO), Paris (France).

*Le Brésil en mal d'un projet **. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain), Paris (France), février 1993 (16 pp.).

4) Relatórios oficiais

*Informe de la Misión Preliminar del PNUD-ILPES con respecto al Programa de Desarrollo del Oriente del Perú **. Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), Santiago (Chile), octubre de 1972 (69 pp.).

Com Miguel CLÜSENER-GODT e Juha I. UITTO:

*Final Report of the Conference on Environmentally Sound Socio-Economic Development in the Humid Tropics (Manaus, 13-19 June 1992) **

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO/Man and the Biosphere) - UNAMAZ - U.N.U. - T.W.A.S., Paris (France), July 1992 (78 pp.).